



# Texto Base I Conferência Distrital de Segurança Pública

Novembro de 2024



Secretaria de  
Segurança Pública



**Governador do Distrito Federal**  
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

**Secretário de Estado de Segurança Pública**  
SANDRO TORRES AVELAR

**Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal -  
CBMDF**

SANDRO GOMES SANTOS DA SILVA

**Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran**  
TAKANE KIYOTSUKA DO NASCIMENTO

**Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF**  
JOSÉ WERICK DE CARVALHO

**Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF**  
ANA PAULA HABKA

**Secretário de Estado de Administração Penitenciária - SEAPE**  
WENDERSON SOUZA E TELES

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

**Presidente**

SANDRO TORRES AVELAR

**Vice-Presidente**

ALEXANDRE RABELO PATURY

BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA

**Secretário-Geral**

THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA

**Coordenação-Geral**

Jasiel Tavares Fernandes (titular)

Daniele de Sousa Alcântara (1º suplente)

Aline Pereira Leandro (2º suplente)

**Chefe das delegações dos órgãos de segurança pública**

**SSP**

Bilmar Angelis (titular)

Jasiel Tavares Fernandes (suplente)

**CBMDF**

Flávio Murilo Nunes Pereira (titular)

Diógenes Alves De Quinta (suplente)

**DETRAN**

Hugo Fernando Figueiredo Santos (titular)

Carolina Rodrigues Kohlrausch (suplente)

**PCDF**

Viviane da Cunha Bonato (titular)

Yuri Santana de Brito Rocha (suplente)

**PMDF**

Marcus Vinícius da Silva Antunes (titular)

Juvenildo dos Santos Carneiro (suplente)

**SEAPE**

Wenderson Souza e Teles (titular)

Alex Fernandes Rocha (suplente)

**SUBCOORDENAÇÃO DE METODOLOGIA**

Ivan Martins de Siqueira (coordenador)

Arthur Henrique Assunção Magalhães

Daniele de Sousa Alcântara

Isângelo Senna da Costa

Luana Moreira dos Santos

Rafael Sampaio

Kelly Soares Vieira Martins

### **SUBCOORDENAÇÃO DE CERIMONIAL**

Mônica de Mesquita Miranda (coordenadora)

Adriana Augusta dos Santos Pinho

Flávio Luis Castiglioni

Larissa Cristiane de Jesus

Talita Ilana Vieira Gehre

Thiago Porto Faria

Vinicius Fiuza Dumas

Wellington Silveira Simões

### **SUBCOORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

Mauro Márcio Figueiredo de Oliveira (coordenador)

Adriana Gonçalves Machado

André Luiz Costa Rodrigues Feitosa

Brandon Gabriel Gomes Cosmo

Marcelo Macedo Klotz

Werbert Lima Silva

### **SUBCOORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA**

Aline Pereira Leandro (Coordenadora)

Ana Carolina Perucci Moreira

Andréa Rego Paim

Douglas Wilian Barbosa Moreira

Isa Paula Corrêa Guimarães

José Ailson Aparecido Ricardo

José Mundim Júnior

Luiz Claudio Rosa Filho

Rodrigo Augusto do Nascimento

### **SUBCOORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA**

Alexandre Carvalho da Silva (Coordenador)

Gleison Bezerra de Lima

Gustavo Dias de Oliveira Júnior

Luiz Eduardo da Silva Miranda

## **SUBCOORDENAÇÃO**

### **Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Distrito Federal**

Paulo André Vieira Monteiro (Coordenador)

Rafael Jason de Souza da Silva Ferro

## **SUBCOORDENAÇÃO DE CONTRATOS**

Frank Wellmann Amaral Pires (Coordenador)

Adriane Coelho Soares

Andrea Aparecida Borges Silva

Joacir de Oliveira Santos

Luana Moreira dos Santos

Luiz Fernando Ramos Aguiar

G'mayeel Wistemann Cunha Sousa

Marcello Vinicius Campelo Lima Mororó

Núbia Pellicano de Oliveira Araújo

Pedro Alves Coelho de Mesquita

## **SUBCOORDENAÇÃO DE PARCERIAS E ARTICULAÇÕES**

Alexandre Lima Ferro (Coordenador)

Larissa Tamara de Sousa Marins

## **COORDENAÇÃO E CONTEÚDO DO TEXTO BASE**

### **Essência Processos Participativos**

Tatiana Espíndola

Henrique Santana

Júlio Almeida

Eduardo Rombauer

## **Texto Base:**

### **1ª Conferência Distrital de Segurança Pública – Confedisp.**

#### **1. Apresentação**

Seja bem-vindo(a) à 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública - Confedisp! Sua presença aqui é uma demonstração de compromisso com a nossa sociedade: construir um Distrito Federal mais seguro e justo para todos. A segurança pública exige a inteligência coletiva de todos nós. Participar desta Conferência significa contribuir com suas experiências e perspectivas para desenvolver soluções inovadoras e eficazes.

A 1ª Confedisp se insere em um contexto histórico que evolui na compreensão do conceito de segurança. No passado, a segurança era frequentemente associada à repressão e à imposição da ordem, muitas vezes à parte dos direitos individuais. Hoje, estamos buscando um novo modelo, focado na garantia de direitos e na construção de uma convivência pacífica e democrática. Esse processo exige ações do Estado, a participação ativa da sociedade civil e, sobretudo, a cooperação entre todos os atores responsáveis. Sua presença aqui reflete o comprometimento com essa construção coletiva.

Este documento, o Texto Base, juntamente com o Caderno Temático, o Caderno de Propostas e o PDISP (Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social) servirá como guia para os diálogos que se seguirão, orientando o processo de construção coletiva e garantindo que todos estejamos alinhados. Apresentaremos um panorama da segurança pública no Brasil e no Distrito Federal, ressaltando a importância da participação social e da cooperação interinstitucional como ferramentas fundamentais para fortalecer a Democracia. Este texto é um ponto de partida para reflexões que nos levarão a construir um Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social que atenda às reais necessidades da população do DF.

Nos próximos dias, teremos a oportunidade de debater temas complexos, trocar experiências e construir consensos, contribuindo para um DF mais seguro. Seu engajamento é essencial para que a Conferência alcance seus objetivos e gere resultados concretos na melhoria da segurança pública em nosso Distrito Federal. Sua participação ativa é o motor que impulsionará a construção de um futuro melhor para todos.

## **2. Segurança Pública no Brasil e no DF: Panorama Atual e Perspectivas**

A segurança pública é uma necessidade humana fundamental, essencial para o bem-estar e o desenvolvimento de sociedades pacíficas e justas. Reconhecida não apenas na teoria das necessidades humanas de Maslow, que destaca a segurança como uma base crucial para a realização pessoal, essa importância também é endossada por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU sublinha que todo indivíduo tem direito à vida, liberdade e segurança pessoal como fundamentos para a dignidade e a justiça global.

No Brasil, essa necessidade é formalmente garantida pela Constituição Federal (art. 144), que estabelece a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade dos cidadãos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Esta combinação de reconhecimentos teóricos e legais sublinha a segurança pública como um pilar fundamental para a prosperidade coletiva, exigindo políticas integradas e participativas que promovam tanto a prevenção quanto a resposta eficaz ao crime.

Essa garantia foi fortalecida pela Lei nº 13.675/2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Essas iniciativas promovem a coordenação entre as instituições em todos os níveis de governo, incluindo o Distrito Federal, que, por sua vez, criou sua Política Distrital através da Lei nº 6.456/2019.

Embora o panorama da segurança pública no Brasil apresente desafios, a criminalidade e da desigualdade social, inovações significativas nas práticas de segurança já estão em andamento. O investimento em tecnologias avançadas, a modernização das estruturas policiais e o fortalecimento do diálogo com a sociedade civil são elementos essenciais dessa transformação. O Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP, Decreto Distrital nº 42.831/2021) se destaca por integrar esses esforços, promovendo tanto os direitos dos cidadãos quanto a formação contínua dos profissionais de segurança, superando o modelo tradicional de ações segmentadas. Essa promoção dos direitos resulta da colaboração intensa entre diferentes instituições e a comunidade, formando uma rede que une o Estado, a sociedade civil e as instituições em um esforço conjunto para a segurança pública.

O Distrito Federal possui características únicas, como alta densidade populacional e vastas áreas territoriais, que demandam a implementação de políticas públicas adaptadas. Neste contexto, o conceito de "segurança cidadã" emerge como um pilar orientador centrado na proteção dos direitos dos cidadãos, priorizando a participação

ativa da comunidade na formulação e implementação das políticas de segurança pública. Essa abordagem busca integrar ações preventivas, repressivas e sociais, promovendo um ambiente seguro por meio da colaboração entre o Estado, as instituições de segurança e a sociedade civil. O foco está em criar uma segurança pública que não apenas responde ao crime, mas que atua para preveni-lo, garantindo o bem-estar e a justiça social por meio de estratégias inclusivas e sustentáveis.

A colaboração efetiva entre órgãos de segurança, como a Secretaria de Estado da Segurança, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militares e o Detran, em conjunto com o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público e a sociedade civil, é crucial para garantir resultados sustentáveis e positivos. Os resultados do PDISP já são visíveis, evidenciando a diminuição de crimes violentos e contra o patrimônio, o que fortalece a confiança pública nas instituições. Essa confiança coloca o DF em uma posição de destaque como um exemplo de boas práticas em segurança pública.

Para consolidar os avanços e continuar a trajetória de inovação, o DF investe em políticas públicas que contemplem ações preventivas e sociais. Isso inclui iniciativas voltadas à prevenção da violência doméstica, melhorias na iluminação pública, recolhimento de carcaças, investimentos em educação e cultura e o fortalecimento de projetos sociais, sempre com a participação ativa da população. Essa abordagem permitirá a construção de um sistema de segurança pública eficiente e eficaz, adaptado às especificidades das comunidades locais, garantindo não apenas a proteção, mas também o desenvolvimento social e a convivência pacífica.

### **3. Conferências e a Gestão Participativa das Políticas Públicas**

A realização desta Conferência se insere em um contexto de crescente valorização da participação social e no diálogo com as forças de segurança na gestão pública. A colaboração e o diálogo entre o governo e a sociedade civil são considerados elementos-chave para a construção de políticas públicas mais eficazes e legítimas. A participação cidadã não é apenas um direito, mas um dever fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O conceito de participação social é crucial neste contexto, referindo-se à atividade voltada a influenciar direta ou indiretamente o processo político. Na gestão pública, a participação social se manifesta em práticas institucionais que reconhecem que decisões e ações políticas são frutos de complexas interações entre atores do Estado e da sociedade.

Durante a Conferência, o processo participativo se configura tanto como um espaço para a proposição de soluções quanto como uma ferramenta pedagógica da democracia. Ele permite que a população conheça melhor as políticas públicas de segurança, participe de sua formulação e acompanhe sua implementação.

O acompanhamento das políticas será realizado por meio de diferentes mecanismos, como a disponibilização de materiais informativos e transparentes sobre as questões em discussão, a criação de canais de comunicação abertos para receber contribuições e feedback da população, a publicação regular de relatórios de progresso. A transparência e a prestação de contas, com um Relatório Final de todo o processo a ser divulgado para a sociedade em geral, fortalece a participação efetiva da sociedade na construção e o monitoramento das políticas nas mais diversas áreas.

As Conferências Nacionais, realizadas ao longo dos anos, demonstraram ser espaços privilegiados para o diálogo e a construção coletiva de políticas públicas. Esses eventos permitiram a construção de um processo de gestão participativa, fortalecendo a democracia e aumentando a efetividade das ações governamentais de diversas maneiras:

- **Formulação de políticas públicas baseadas em evidências:** As conferências proporcionaram um ambiente para troca de informações e experiências entre diversos atores, permitindo a formulação de políticas públicas fundamentadas em dados reais e nas necessidades da população.
- **Identificação de prioridades e consensos:** O processo participativo possibilitou a identificação de prioridades e a construção de consensos sobre as principais

questões de segurança pública, facilitando a implementação de políticas mais eficazes e duradouras.

- Fortalecimento da participação cidadã: As conferências desempenharam um papel fundamental no reforço da participação cidadã na formação e implementação das políticas públicas, promovendo transparência e responsabilização do poder público.
- Melhora da coordenação interinstitucional: Os encontros estimularam a cooperação entre diferentes órgãos e instituições envolvidos na segurança pública, contribuindo para um sistema mais integrado e eficiente.
- Legitimidade e efetividade das ações: O processo participativo conferiu maior legitimidade às políticas de segurança pública, resultando em maior aceitação e adesão da população, e, conseqüentemente, impactando positivamente a redução da criminalidade e a melhoria da segurança pública.

Esse modelo de gestão participativa visa não apenas à construção de políticas mais eficazes, mas também à formação de uma cidadania mais ativa e consciente. Através da participação efetiva, os cidadãos podem influenciar diretamente as decisões que afetam suas vidas e contribuir para um Distrito Federal mais seguro e justo. Esperamos que esta Conferência seja um marco na construção de uma nova era de participação cidadã na gestão da segurança pública do Distrito Federal.

#### **4. Legado da Conferência Nacional de Segurança Pública**

A primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009, destacou a importância de um novo paradigma: a participação ativa da comunidade na construção de políticas públicas de segurança. Esse evento foi um espaço significativo para o diálogo entre as forças de segurança, a sociedade civil e o governo, essencial para desenvolver políticas públicas mais eficazes e responsáveis. A superação de antagonismos históricos entre a população e as forças de segurança, por meio da construção de relacionamentos baseados na confiança mútua e na transparência, foi um dos principais objetivos dessa Conferência.

A Conferência de 2009 evidenciou a vitalidade do processo participativo na busca de soluções para os problemas de segurança pública. Neste evento, a colaboração entre diversos atores foi crucial, pois possibilitou a construção de consensos e a formulação de propostas inovadoras que contribuíram para o entendimento comum sobre a segurança pública.

A experiência acumulada ao longo da Conferência confirma a importância de envolver a população na definição de prioridades e na construção de soluções eficazes. O debate e a troca de experiências entre diferentes atores – governo, sociedade civil, academia e órgãos de segurança – são fundamentais para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Essa Conferência se mostrou um espaço privilegiado para facilitar esse diálogo, permitindo o desenvolvimento de um processo de gestão participativa nas políticas públicas de segurança.

Em resumo, a Conferência Nacional de Segurança Pública transcendeu o simples ato de reunir pessoas, demonstrando como a colaboração entre atores do Estado e da sociedade civil, a troca de informações e a construção de consensos podem levar à formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes. Essa experiência reflete o potencial da participação cidadã como elemento essencial na construção de um sistema de segurança pública mais justo e seguro para todos.

## 5. Objetivos da CONFEDISP:

### Objetivo Geral:

**O diálogo aprimorando a política de segurança pública:** Promover um processo de diálogo e de construção coletiva orientado pelo Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP e pelo Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral, e atuar como instância de consulta e participação social, objetivando a proposição de aprimoramentos à Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal.

### Objetivos Específicos:

**i. Elaborar e priorizar propostas:** Elaborar subsídios para o aprimoramento da política de segurança pública e defesa social do Distrito Federal, sobretudo priorizar propostas para revisão, atualização e aprimoramento do PDISP (2026/27);

**ii. Fortalecer o programa DF mais seguro:** Contribuir para o fortalecimento e divulgação do Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral, como programa prioritário para todos os órgãos integrantes do sistema de segurança pública e vinculados ao PDISP;

**iii. Promover a participação social:** Promover, qualificar, articular e fortalecer a participação e o controle social nas políticas de segurança pública, dos profissionais da área e do poder público na governança do PDISP;

**iv. Valorizar a segurança pública como direito humano:** Destacar o papel da segurança pública como direito humano fundamental e base das urgências do cidadão em sociedade para possibilitar o desenvolvimento de outras necessidades individuais e sociais;

**v. Promover a cooperação:** Contribuir para a integração e cooperação dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública do Distrito Federal;

**vi. Articulação dos agentes:** Fortalecer e facilitar o estabelecimento de ambientes sociais e institucionais articulados em torno do tema da segurança pública que proporcionem a redução sustentável dos índices de criminalidade e violência; e,

**vii. Cultura de Paz:** Fomentar a cultura de paz social e institucional articulada em torno do tema da segurança pública preventiva.

## **6. Temário da CONFEDISP**

Abaixo você encontra, de maneira sucinta, os temas a serem objeto dos diálogos durante a Conferência. No Caderno Temático os temas estarão organizados e categorizados de acordo com a estrutura da conferência, é ele que você irá usar como apoio durante os diálogos.

### **1.Prevenção criminal e vulneráveis**

- Crianças e adolescentes; pessoas com deficiência (PcD) e outros grupos relacionados.

### **2.Prevenção criminal e vulneráveis**

- LGBTQIAP+; negros e quilombolas, indígenas, idosos e outros grupos relacionados.

### **3.Segurança e educação**

- Escola cívico-militares, violência nas escolas, esporte, violência escolar e a imprensa e outros assuntos.

### **4.Desaparecimento de pessoas**

- Aspectos sociais e criminais, tráfico de pessoas, cooperação.

### **5.Ambiente do crime e sensação de segurança (Medo do crime)**

- Prevenção do crime pelo ambiente (CPTED).
- "DF Livre de carcaças".
- Políticas específicas para medo do crime.
- O Ambiente e a Região Integrada de Segurança Pública (RISP's) e as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP's).

### **6.Pessoas em situação de rua**

- Questões envolvendo as pessoas em situação de rua.

### **7.Segurança rural**

- As políticas de segurança pública para a área rural.

### **8.Ordem pública e tranquilidade**

- Ruídos e poluição sonora (som alto) e perturbação do sossego, briga de vizinhos, ataques de cães e outras ocorrências relacionadas: atuação integrada nas ocorrências referidas.
- O policiamento de proximidades e outras ações.
- Possibilidade de fechamento de estabelecimento.

### **9.Ordem pública e a ocupação do espaço**

- Questão fundiária do DF: Ocupação irregular de terras, cultura de invasão de terras com a posterior regularização, combate às quadrilhas de invasão de terra e temas relacionados.

### **10.Crimes contra a mulher**

- Vítimas: Prevenção, repressão, medidas protetivas.
- Agressores; Câmara técnica de Femicídio (CTMFH).

- Machismo estrutural e outros temas.

#### **11.Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)**

- Crimes e mortes violentas intencionais.

#### **12.Crimes Contra o Patrimônio (CCP)**

- Transeunte, coletivo, comércio, residência, veículo e telefones celulares.

#### **13.Organizações criminosas**

- Questões distritais envolvendo tráfico de drogas, domínio de cidades, Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), plano de defesa de cidades, parcerias, treinamentos e outros assuntos relacionados.

#### **14.Inteligência de segurança pública**

- A inteligência de segurança pública do DF: compartilhamento de dados, doutrina e outros temas.

#### **15.Polícia Técnica**

- Questões atuais para o fortalecimento da polícia técnica no âmbito do DF: tecnologia, informações e outros assuntos.

#### **16.Subnotificação e investigação criminal**

- Aspectos do registro criminal, causas da subnotificação, investigação policial, técnicas de investigação, legislação e demais assuntos.

#### **17.Sistema prisional**

- Questões para o fortalecimento do sistema prisional distrital: construção e reformas de estabelecimentos prisionais, controle de custodiados dentre outros assuntos.

#### **18.Manifestações e eventos particulares em espaços públicos**

- Deveres institucionais e da sociedade.
- Cooperação entre segurança pública e privada.
- Grandes eventos.
- Prevenção da interferência de crime organizado ou grupos radicais.
- Direito de Protesto e Liberdade de Expressão X Segurança Pública.

#### **19.Atendimento à população nos serviços de segurança Pública**

- Questões atuais: aprimoramento das ouvidorias, acessibilidade, tempo de resposta, humanização e outros.

#### **20.Atendimento emergencial**

- Integração de dados e sistemas, Integração entre segurança e saúde, papel dos Bombeiros (CBMDF) e do Serviço Unificado de Atendimento Pré-Hospitalar - SUAPH, dentre outros assuntos.

#### **21.Crimes cibernéticos (cibercrimes)**

- Enfrentamento aos crimes cibernéticos: capacitação, legislação, tecnologias de prevenção e investigação.

#### **22.Defesa Civil**

- Monitoramento de área de risco geológico, cooperação interagências e outros temas de defesa civil.

### **23.Fiscalização, análise e vistoria do Corpo de Bombeiros**

- Vistoria, retroalimentação do ciclo operacional para o desenvolvimento institucional e a efetividade na prestação de serviços de interesse da sociedade.

### **24.Segurança e meio ambiente**

- Crimes ambientais: tráfico de animais, incêndios, degradação de mananciais, danos à fauna, biodiversidade.
- Papéis dos órgãos e a vigilância sobre as áreas.

### **25.Segurança viária**

- Plano Nacional de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e a instituição da Política de Segurança Viária do Distrito Federal.

### **26.Participação da sociedade na segurança pública**

- Aprimoramento da participação da sociedade na segurança pública e conscientização de outros órgãos atuarem considerando os indicadores de segurança pública.
- Parcerias.
- Possibilidade de "Feedbacks" sobre o atendimento.

### **27.Atuação integrada**

- Burocracia para parcerias e integrações.
- 06 anos de CIOB e seus desafios.
- Área de Segurança Prioritária (ASP).

### **28.Governança ("ESG"), transparência e imagem da segurança pública**

- Governança ("ESG"), transparência e imagem (comunicação social).
- Planejamento estratégico, tático e operacional, gestão de processos e outros assuntos.

### **29.Modernização e reaparelhamentos dos órgãos de segurança pública**

- Tecnologia da informação e comunicação: videomonitoramento; integração de dados e sistemas, ciência de dados e inteligência artificial.
- Estrutura e financiamento, padronização e redundância.

### **30.Capacitação e produção de conhecimento em segurança pública**

- Trilha de capacitação, gestão de competência, perfis profissiográficos, relação com a academia, aspectos de carreira.
- Educação corporativa, gestão do conhecimento e inovação.

### **31.Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho**

- Qualidade de vida e valorização profissional.
- Programas de incentivo.

### **32.Qualidade de vida, valorização e segurança no trabalho**

- Saúde, segurança no trabalho.

## 7. Etapas do processo

### Etapa Preparatória

A **Etapa Preparatória** foi realizada para promover a ampla participação social e coletar percepções e dados relevantes, identificar e priorizar questões locais e específicas de segurança pública, promover engajamento da comunidade, gerar um processo colaborativo de construção de propostas e alinhamento de expectativas entre os diferentes atores sociais e institucionais.

Foram duas modalidades distintas:

**Conferências Regionais;** ocorreram nas 4 (quatro) Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs) do Distrito Federal, a saber: Metropolitana, Oeste, Sul e Leste e contemplaram a participação compartilhada entre poder público, trabalhadores da área de segurança pública, acadêmicos e sociedade civil.

**Eventos Virtuais:** realizados para propiciar a participação da sociedade que, de outra forma, não poderiam comparecer fisicamente às Conferências Regionais ou na Distrital, ampliando o processo participativo em alcance e inclusão.

### Etapa Distrital.

A **Etapa Distrital** da 1ª Confedisp é o momento culminante do processo, reunindo representantes (delegados e delegadas) de cada segmento (órgãos da segurança pública e outras instituições governamentais, jurídicas, empresariais, acadêmicas, associativas e sindicais das forças de segurança pública do DF, conselhos comunitários e a sociedade civil) para diálogo e construção coletiva dos Temas definidos.

Este momento é constituído por dois tipos de atividade: **1) Painéis Temáticos Abertos** e, **2) Plenárias com as Delegações**.

Os **Painéis Temáticos Abertos** visam oferecer palestras com especialistas nos temas propostos, proporcionando um espaço de informação, troca de experiências, atualização de conhecimentos e reflexões para a melhoria da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal, visando a prevenção de delitos e promoção da segurança da população por meio de metodologias, tecnologias e estratégias de combate ao crime, bem como estimular debates sobre questões éticas, de direitos humanos, legais e operacionais que envolvem a segurança pública e a defesa social.

Os temas das palestras são:

- A. Cidade Mais Segura;
- B. Escola Mais Segura;
- C. Cidadão Mais Seguro;
- D. Servidor Mais Seguro;
- E. Campo Mais Seguro; e,
- F. Mulher Mais Segura.

As **Plenárias com as Delegações**, compostas por até 256 delegados no total, previamente indicados como representantes dos segmentos que compõem a Conferência, ocorrem dentro da Conferência Distrital no formato de:

- a) Palestra e Mesa de Integração sobre Políticas de Segurança Pública;
- b) Palestra sobre a Metodologia da Conferência;
- c) Grupos de Trabalho (GTs);
- d) Momento Interativo; e,
- e) Plenárias.

As **Palestras** apresentarão os insumos e orientações para o conjunto das atividades. Os temas serão: “Segurança Integral e Integralidade” e “O Plano Distrital de Segurança Pública no contexto da I Confedisp”. Ocorrerão ainda a Mesa de Integração sobre Políticas de Segurança Pública e a Palestra sobre a “Metodologia da Conferência”.

Os **Grupos de Trabalho (GTs)** se organizam a partir de 32 temas e da representatividade das delegações e se distribuem em 8 (oito) salas com um total de 32 (trinta e duas) mesas de debate, atuando simultaneamente, conforme a programação metodológica da Conferência Distrital. Cada GT recebe, como subsídios, as propostas sistematizadas da Etapa Preparatória, por tema, recorrência e origem; o Caderno Temático e o PDISP. Cada GT compartilha e valida no âmbito da sala de trabalho (macro temas) as propostas que serão encaminhadas para a etapa de priorização pelo conjunto de delegados e delegadas da Conferência, podendo propor a inclusão e/ou exclusão e/ou adequação das iniciativas do PDISP.

O **Momento Interativo** reúne a totalidade dos delegados e delegadas da Conferência Distrital no processo de priorização das propostas pactuadas nas salas, em cada um dos 32 Temas, num processo de escolha livre, individual e de múltiplas escolhas. Serão indicadas as 4 (quatro) propostas com maior pontuação no conjunto dos 32 temas e as

3 (três) propostas mais pontuadas em cada tema. As demais serão registradas e farão parte do Relatório Final.

A **Plenária** ocorre em formato de auditório, com participação simultânea de até 256 delegados, e se volta para a socialização, debate e qualificação das 100 (cem) propostas mais priorizadas. Terão direito a manifestação em plenária os delegados e delegadas inscritos e credenciados, com autonomia para propor, em cada proposta priorizada dos temas, fusões ou complementações. Manifestações pela exclusão ou inclusão de novas propostas na plenária final serão registradas pela relatoria para efeito de constar no Relatório Final, porém sem necessidade de deliberação conclusiva; sendo que o mesmo se aplica em casos de propostas contraditórias, conflituosas ou divergentes.

Os resultados da Plenária irão compor o **Relatório Final** da Conferência Distrital de Segurança Pública, representando o conjunto de propostas elaboradas por múltiplos atores do Distrito Federal, a fim de subsidiar os próximos ciclos de formulação do PDISP. A Coordenação-Geral receberá e encaminhará o Relatório Final ao Presidente da 1ª Confedisp para análise e deliberação.

O Relatório Final conterá os seguintes registros:

- i) construção histórica do processo da Conferência, desde a sua concepção, descrição das etapas, a fase preparatória, a sistematização dos produtos intermediários e produção dos cadernos de propostas e de conteúdos (Texto Base e Temático), a realização da fase Distrital e o registro dos seus produtos finais, na forma de propostas priorizadas pelos Delegados participantes;
- ii) registros obtidos durante o processo, em especial as relatorias dos eventos, bem como suas evidências, tais como fotografias, apresentações, documentos de divulgação e documentos oficiais;
- iii) reflexão sobre aspectos de aprendizados e propostas de melhorias e aprimoramento no processo das Conferências e nas pretensões de revisão e aprimoramento das políticas de segurança pública no DF, em especial, o PDISP.

Estamos construindo este momento juntos e juntas!

Boa Conferência!



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de  
Segurança Pública



Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal